

Título: PEREIRA DA COSTA E A LUTA POR UMA IDENTIDADE
PERNAMBUCANA.

Autor: Leonardo da Costa Ferreira¹

Resumo:

Este trabalho pretende estudar a participação do político, historiador e folclorista pernambucano Francisco Augusto Pereira da Costa na luta pela manutenção de um projeto de identidade político – cultural centrado no estado de Pernambuco. O artigo em si irá centrar-se numa disputa pela “paternidade” de Felipe Camarão – importante figura nas lutas contra a presença holandesa no Nordeste Brasileiro do século XVII.

Abstract:

This paper studies the actuation of Francisco Augusto Pereira da Costa, politician, historian and folclorist of Pernambuco (Brazil), in his aim to keep a political and cultural identity's project based on Pernambuco's history. The issue of this work is the

¹ Mestre em História Social da Cultura pela Universidade Federal Fluminense e Professor das Redes Públicas do Município e Estado do Rio de Janeiro

fight that claimed the “paternity” of Felipe Camarão – icon of the wars against the Netherland’s colons at the brazilians northeast on the XVII century.

Primeiramente é necessário dizer quem foi Pereira da Costa. Dessa maneira, Francisco Augusto Pereira da Costa, nasceu na cidade do Recife (PE) em 16 de dezembro de 1851 e faleceu nesta mesma cidade em 21 de novembro de 1923. Pereira da Costa só se ausentou de seu estado três vezes. A primeira em 1884, quando foi para o estado do Piauí a fim de exercer o cargo de Secretário do Governo.² A segunda ausência foi, em 1887, numa viagem de estudos a ilha de Fernando de Noronha cujo resultado foi a produção de uma monografia sobre os aspectos sócio – culturais dos habitantes nacionais e estrangeiros do passado e presente da ilha. Quanto à terceira ausência, esta se deu quando viajou para o Rio de Janeiro, em 1908, a fim de ser homenageado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em seção presidida pelo Barão do Rio Branco. Nessa seção foi saudado pelo Conde de Afonso Celso – orador mor do instituto.³

² A mudança de governo o fez voltar para a cidade do Recife, onde procurou seguir carreira política, tornando-se membro do Conselho Municipal desta cidade, entre os anos de 1889-1891. Ressalta-se que neste último ano bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife. In: Menezes, Raimundo; *Dicionário Literário Brasileiro*; São Paulo; Editora Saraiva; Vol. II; 1969. P. 389-390.

³ Também devemos ressaltar que, após essa recepção, publicou a sua obra mais popular o *Folclore Pernambucano*, um dos livros mais citados pelos folcloristas de diferentes épocas.

Durante os seus setenta e dois anos de vida Pereira da Costa se filiou a várias instituições. Tais instituições foram: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do qual tornou-se sócio correspondente desde 1886; Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP), ao qual se filiou em 1876; a Academia Pernambucana de Letras (APL) criada em 1901, na qual era sócio – fundador; e por fim Pereira da Costa também fez parte entre 1901-1923, da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco como deputado estadual.

Pereira da Costa, como era chamado e conhecido pelos seus conterrâneos, além de ter sido deputado estadual por vinte e dois anos consecutivos (1901-1923), foi um escritor marcado por abordar vários assuntos. Suas obras abrangiam o folclore, o estudo de expressões populares, análises sobre as autoridades políticas do Pernambuco colonial e imperial. Além disso, produziu artigos sobre o dia – a – dia da administração colonial e, por fim, sobre as fronteiras de seu estado⁴. Tudo isso deixa claro o objetivo de um historiador que, ao abranger vários aspectos de Pernambuco, objetivava manter ou expandir um antigo projeto que pretendia afirmar uma dada identidade político – cultural para aquele estado.

É por isso que o assunto preferido do autor, talvez por ter sido membro do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP), desde 1876, era escrever sobre a

⁴ Respectivamente os livros “*Folclore pernambucano*”, “*Vocabulário pernambucano*”, “*Dicionário biográfico de pernambucano célebres*”, “*A Ordem Carmelita em Pernambuco*”, “*Anais pernambucanos*” e “*Em prol da integridade territorial de Pernambuco*”.

ocupação holandesa e seus principais personagens nacionais ou estrangeiros ⁵. Essa escolha, com certeza, vem do fato de Pereira da Costa ter considerado - como muitos de sua época - que a expulsão dos holandeses foi realizada pelos pernambucanos sem a ajuda dos portugueses. Na feliz expressão de Evaldo Cabral de Mello esse episódio foi “à custa de nosso sangue, vidas e fazendas” ⁶. Pereira da Costa considerava, ainda, tal guerra como o mais importante acontecimento ocorrido na história do Brasil colônia.

Este é o motivo que o levou a considerar os pernambucanos como um povo guerreiro e vitorioso, já que haviam conseguido derrotar adversários muito mais poderosos. Tanto que Pereira da Costa concordava com seu conterrâneo Loureto Couto que afirmava que “Na glória das armas não seria temerária a primazia dos pernambucanos sobre os romanos, que não haviam combatido contra uma potência superior nem ainda igual à sua, só guerreando adversários inferiores.” ⁷ Diante de tais características, o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP) elegeu Pereira da Costa para uma importante missão que teria início no ano da graça de 1903. Escolha que ele agradece proferindo o seguinte discurso:

⁵ Maiores informações ver o discurso de posse deste historiador como sócio correspondente do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano. In. Pereira da Costa, Francisco Augusto; “Discurso de posse como sócio correspondente no Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano”; Recife; *Jornal do Recife*, 1876.

⁶ Mello, Evaldo Cabral.; *Rubro Veio: O imaginário da restauração pernambucana*; Rio de Janeiro; Topbooks; 1997. 2^oed. P. 105.

“O Instituto foi minha escola, foi minha tenda de trabalho, onde encontrei os mestres provectoros nos seus ensinamentos, que me prodigalizaram os tesouros de sua sabedoria e que, sem indagarem mesmo donde eu vinha, que credenciais trazia, a que aspirava, me abriram, generosos e bons, as portas desse templo da ciência, encaminhando os meus passos...”⁸

E Pereira da Costa não decepcionou tanto que na sessão do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano de 27 outubro de 1903 ocorreu a leitura de um artigo com grande felicidade. Esse estudo escrito por Pereira da Costa chamava-se “*D. Felipe de Camarão. Contradita a um escrito pretendendo firmar no Rio Grande do Norte o berço de seu nascimento*”. Mas, por que terá sido escrito este artigo? Na verdade, sabe-se que estava muita em voga na época a leitura de um livro do padre José de Moraes chamado “*História da Cia de Jesus na extinta província do Maranhão e Pará*”. Essa obra, com prefácio de 1860 feito pelo senador Cândido Mendes de Almeida, atestava ter nascido Camarão no Rio Grande do Norte e não em Pernambuco.

Revoltados com a crescente polêmica em torno do assunto, os membros do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, liderados por Pereira da Costa, começaram uma pesquisa na qual tentavam provar a naturalidade pernambucana de Camarão. Além do mais

⁷ Mello, Evaldo Cabral de; *Rubro Veio: O imaginário da restauração pernambucana*; RJ; Topbooks; 1997, 2ªed; P. 226

desejava atestar que o Camarão mencionado pelo padre Moraes seria outro. Nesse aspecto, deu-se a vitória de Pereira da Costa que provou, para satisfação dos membros do Instituto Arqueológico, e sob os elogios de Capistrano de Abreu, Barão de Studard, Oliveira Lima, Teotônio Freire e Alfredo de Carvalho que

“...o Potiguaçu, ou Antônio Camarão, chefe índio da aldeia de Igapúa ou Ygapó, no Rio Grande do Norte – não é absolutamente o mesmo chefe índio que, sob o nome de D. Antônio Felipe Camarão, tanto ilustra as páginas da nossa história colonial pelo seu valor e heroísmo, e outros tantos predicados honrosos; e conseguindo esse desideratum, como diz-nos a consciência, caem por terra todos os argumentos opostos, e triunfa, a causa de Pernambuco, quase que perdida pela opinião contrária que se firmou (...) fica patente assim, que a razão e o direito estão ao lado dos que proclamam que Pernambuco é a ditosa pátria que tal filho teve.”⁹

Essa passagem do artigo acima mencionado ao lado de muitos outros estudos como naqueles em que defende a integridade territorial de Pernambuco contestada em determinados momentos pelos estados da Bahia, Alagoas e Paraíba servem como exemplos

⁸ Pereira da Costa; Francisco Augusto; “Discurso do Sr. Pereira da Costa”; *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*; Recife; 1903. P. 362.

⁹ Pereira da Costa, Francisco Augusto; “D. Felipe de Camarão: Contradita a um estudo que pretende firmar no Rio Grande do Norte o berço de seu nascimento”; Recife; *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*; 1904. P 120.

para demonstrar todo o processo de uma certa intelectualidade, aqui representada em Pereira da Costa, que buscava reconstruir ou reforçar a idéia de uma identidade que arrogaria para o estado de Pernambuco o berço da luta pela formação ou manutenção do Brasil nas mãos dos brasileiros.

Depois de toda essa polêmica quem seria então o verdadeiro Camarão? Por que tanta angústia em defender sua naturalidade pernambucana? O índio Camarão ou D. Antônio Felipe de Camarão foi um dos quatro grandes heróis pernambucanos na luta contra os holandeses durante o período em que estes ocuparam a região açucareira do nordeste. Nesse aspecto, os outros três grandes heróis foram o reinól Fernandes Vieira, o mazombo Vidal de Negreiros e o negro Henrique Dias.

A importância desses homens para a história oficial e para o imaginário popular dos pernambucanos pode ser medida por uma breve passagem escrita na revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP) que alardeava que na guerra contra os invasores holandeses “...houve um Moisés que foi Vidal, um Gedeão que foi Vieira, um Sanção que foi Henrique Dias e um Josué que foi Camarão...”¹⁰. Desse modo, sendo o índio Camarão um dos mártires pernambucanos contra invasores que pretendiam colonizar uma dada região do Brasil, tornava-se imprescindível para os membros do Instituto Arqueológico lutar – como o fez Camarão – só que agora por outros motivos, ou seja, contra aqueles que atestavam que tal personalidade seria potiguar e não pernambucana.

Diante tal fato, cabe-nos observar o contexto no qual esse artigo é elaborado e relacioná-lo com o seu maior patrocinador: o IAGP.

Conforme já foi enunciado, na guerra pela libertação do domínio holandês conhecida como o período da restauração (1645-1654) foi, de acordo com a historiografia nativista, levada a cabo pelas autoridades e populações da capitania de Pernambuco sem o apoio da coroa lusitana, ocupada na luta contra a Espanha. Esse fato, como bem demonstra Evaldo Cabral de Mello foi lido e relido durante os séculos pelas elites pernambucanas, ora acentuando sua luta solidária contra os invasores batavos, ora aceitando algum grau de participação da coroa lusitana, via governo geral da Bahia. Porém, coube à primeira interpretação tornar-se a vitoriosa, principalmente ao longo do século XIX onde, na primeira metade, explodiram várias revoltas – muitas contra o governo imperial e, na segunda metade, quando Pernambuco enfrentou uma acentuada, lenta e progressiva decadência econômica ¹¹.

Sendo assim, derrotado politicamente pelo governo imperial, principalmente após 1848, e fraco economicamente ao longo da segunda metade do XIX, tornava-se necessário combater qualquer pretensão que contestaria a liderança exercida pelos naturais de Pernambuco na luta contra os invasores batavos.

¹⁰ *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*; “Sem título”; Recife; 1886. P. 460-461.

¹¹ Levine, Robert; *Pernambuco na Federação Brasileira. 1889-1397: a velha usina*; Rio de Janeiro; Paz e Terra; 1980. S/P.

Por isso, Pereira da Costa lutou, com o apoio do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, contra a afirmação que atestaria ser um dos mártires restauradores, no caso Camarão, um potiguar. Ainda mais quando se percebe que apenas um ano antes, precisamente em 29 de março de 1902, era fundado na cidade de Natal o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN).

Nesse sentido, Pereira da Costa sabia o quanto seria caro ao estado de Pernambuco e ao seu IAGP, permitir que o Instituto Histórico potiguar detivesse a “patente” sobre algo que não era apenas um homem, já morto e enterrado, mas uma representação simbólica e identitária carregada de conotação social e política que não interessava, naquele momento histórico em que vivia seu Pernambuco, ser dividido com nenhum outro estado nordestino.

Ainda mais quando se tem em mente que os institutos históricos e geográficos foram criados com a finalidade de preservar e escrever uma memória e história nacional ou, nos dizeres de Lilia Schwarcz, “... construir uma história da província, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidade em personagens e eventos até então dispersos.”¹² Cujo maior exemplo, fora o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, era o próprio Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano cuja função principal seria, ainda nas palavras de Lilia Schwarcz “...preservar a tradição histórica da província frente ao imperialismo da historiografia do Rio”¹³. E, também, impedir que

¹² Schwarcz, Lilia; *O Espetáculo das raças*; São Paulo; Companhia das Letras; 1993. P. 67

¹³ Schwarcz, Lilia; *O Espetáculo das raças*; São Paulo;. Companhia das Letras; 1993. P. 67

qualquer outro estado nordestino tivesse a pretensão de contestar sua liderança no processo restaurador.

Logo, a vitória historiográfica e, por que não, simbólica de Pereira da Costa, representava para as decadentes elites rurais pernambucanas um alento frente aos ataques cada vez mais constantes dos demais estados nordestinos, visto que se havia sido difícil perder política e militarmente para a corte imperial antes de 1850 e ser ultrapassado economicamente pela Bahia depois de meados da segunda metade do século XIX. Humilhações para um povo que havia vencido, supostamente sozinho, os holandeses. Imagine então, amigo leitor, perder para um estado também fraco e decadente como o Rio Grande do Norte.

É preciso registrar que a importância do historiador Pereira da Costa para seu estado não se encerrou com sua morte. Neste aspecto, é fundamental irmos para o ano de 1951 quando a Universidade Federal de Pernambuco, o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, a Assembléia Legislativa de Pernambuco, a Academia Pernambucana de Letras, o Liceu de Artes e Ofícios, o Museu do Estado, o Gabinete Português de Leitura, o Arquivo Público Estadual, a Secretária do Estado de Educação e Cultura e, o então Governador pernambucano e velho amigo, Agamenon Magalhães comemoraram o centenário de nascimento de Francisco Augusto Pereira da Costa. Comemoração que teve como ponto alto o seguinte discurso de Jordão Emerenciano:

“Pernambuco, pelo que tem de oficial, de culto e de mais representativo, está hoje resgatando uma dívida da posteridade para com um varão ilustre, que, sem ruídos nem exhibições, serviu as letras históricas da sua terra como poucos. Vivendo pobrememente, ele assiste hoje de seu túmulo ao brilho e a riqueza das comemorações oficiais (...) ele é hoje consagrado como o que reuniu maior soma de informações para a história de sua terra e da sua gente; (...) Não sendo estadista nem herói, ele recebe hoje da posteridade o público reconhecimento de ser um filho desse Pernambuco que ele tanto amou”.¹⁴

Fontes:

- Pereira da Costa, Francisco Augusto; “D Felipe de Camarão. Contradita a um estudo que pretende firmar no Rio Grande do Norte o berço de seu nascimento”; Recife; *Revista do Instituto Arqueológico e geográfico Pernambucano*; 1904.

¹⁴ Emerenciano, Jordão; *Centenário de Pereira da Costa*; Recife; Diário de Pernambuco; 1951.

- Pereira da Costa, Francisco Augusto; “Discurso de posse como sócio correspondente no Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano”; Recife; *Jornal do Recife*. 17 de junho de 1876.
- Pereira da Costa, Francisco Augusto; “Discurso do Sr. Pereira da Costa”; *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*; Recife; 1903. P. 362
- *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*; “Sem título”; Recife; 1886. P. 460-461.

Bibliografia:

- Emerenciano, Jordão; *Centenário de Pereira da Costa*; Recife; Diário de Pernambuco; 1951.
- Levine, Robert; *Pernambuco na Federação Brasileira. 1889-1397: a velha usina*; Rio de Janeiro; Paz e Terra; 1980.
- Mota, Fernando de Oliveira; *Elogio de Pereira da Costa*; Recife; Editora Nordeste; 1952.
- Menezes, Raimundo; *Dicionário Literário Brasileiro*; São Paulo; Saraiva; Vol II; 1969. P. 389-390.
- Mello, Evaldo Cabral de; *Rubro Veio: O imaginário da restauração pernambucana*; Rio de Janeiro; Topbooks; 1997.
- Schwarcz, Lilia; *O Espetáculo das Raças*; São Paulo; Companhia das Letras; 1993.